



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O CURRÍCULO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO

Joseane Fátima de Almeida Araújo

Universidad Nacional de Rosário, joseanefalmeida@gmail.com

RESUMO

Esse estudo teve como preocupação central conhecer as novas práticas adotadas em relação ao currículo e as políticas públicas nas escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco quanto à preparação para o mercado de trabalho, especialmente na região do Complexo Industrial de Suape em Pernambuco. O estudo contou com a participação de 07 autoridades ligadas a educação – responsáveis pelas políticas públicas nessa região e em todo estado – em Pernambuco e nas cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto às autoridades (secretários de estado, gerentes regionais) em educação. Em relação à metodologia fizemos uso da análise qualitativa com a utilização da técnica da análise de discurso. A partir dos dados obtidos conseguimos como resultado que a escola não prepara adequadamente os estudantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, e, que para que essa constatação possa ser modificada é preciso que haja um investimento maior na qualidade da educação para que essa de fato se torne prioridade. Nesse sentido, analisamos que mesmo com todos os avanços que estão ocorrendo no Brasil, com programas e leis de incentivo a educação básica e profissional, a sociedade globalizada exige cada vez mais investimentos para a educação, e que ela deixe de ser dual e torne-se integrada e onilateral, fazendo com que os estudantes consigam acreditar na educação e, a partir dela se tornem sujeitos críticos e com oportunidades de ingresso no mercado com as competências que lhe são exigidas para tal fim.

Palavras-Chaves: Currículo, Educação Profissional, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study had as its central concern learn about new practices in relation to the curriculum and public policies in schools of Pernambuco state education network and the preparation for the labor market, especially in region of the Suape Industrial Complex in Pernambuco. The study had the participation of 07 officials linked to education - policy makers in the region and throughout the state - in Pernambuco and in the cities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. Semi-structured interviews were applied to the authorities (state secretaries, regional managers) in education. In the methodology made use of quantitative analysis with the use of speech analysis technique. From the data obtained can as a result the school does not adequately prepare students to enter and remain in the labor market, and that for this finding may be modified there needs to be greater investment in the quality of education for this in fact becomes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

priority. In this sense, we analyze that even with all the advances that are taking place in Brazil, programs and laws to encourage basic and vocational education, global society increasingly requires investment in education, and that she no longer dual and torne- is integrated and onilateral, so that students are able to believe in education, and from there become critical and ticket opportunities in the market with the powers required for this purpose subject.

Key Words: Curriculum, Professional Education, Public Policy.

INTRODUÇÃO

Ao falarmos em currículo e educação é importante colocarmos as palavras de Libâneo (2006, p. 70-71) sobre a escola, que atualmente tem sido abordada como o espaço da realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos da aprendizagem. Para ele, as análises críticas das políticas educacionais e do sistema de ensino perdem a força analítica se não tiverem como referência a escola e suas funções sociais e pedagógicas.

Esse mesmo autor defende ainda, a tese de que os processos educativos, imersos em contextos socioculturais e institucionais, têm caráter endógeno, de dentro para fora e, por isso mesmo, as políticas educacionais devem ser precedidas de políticas para a escola e para a aprendizagem dos alunos. Porém, continua Libâneo fazendo uma crítica a situação atual presenciadas na realidade escolar que, frequentemente se observa que as políticas educacionais não estão a serviço das escolas e dos professores, não decorrem das necessidades e demandas efetivas da realidade das escolas e dos alunos. Nesse sentido, a educação e o ensino continuam prestando-se muito mais a clientelismos, a trocas de favores eleitorais, ao jogo de interesses do que ao efetivo desenvolvimento social e cultural.

Podemos perceber com essa crítica que mesmo com desenvolvimento global que o mundo hoje vivencia, ainda prevalece uma cultura educacional elitista com um interesse mínimo pela educação pública popular e com uma ignorância quase total das



questões operacionais do ensino como os currículos, as metodologias de ensino, a efetivação das aprendizagens e a avaliação de processos e resultados.

Por fim, Libâneo (2006, p. 78) acrescenta que a partir dessa dura realidade, o que se vê é a desconexão entre o sistema escolar e as escolas, tornando essas duas instâncias impenetráveis, o que acaba por comprometer um projeto de educação da nação, à medida que o sistema escolar (com seus agentes) desconsidera o motor da instituição escolar: os processos de aprendizagem e de ensino que levam a mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, concluímos a partir das falas desse estudioso, não há políticas educacionais viáveis sem levar em conta necessidades a serem atendidas a partir das desigualdades de aproveitamento escolar encontrada dentro da própria escola.

METODOLOGIA

Acerca da metodologia empregada na construção desse estudo, podemos afirmar que fizemos uso inicialmente de uma pesquisa documental que segundo Severino (2007, p. 122-123), tem como fonte documentos no sentido amplo, se utilizando não apenas de documentos impressos, mas, sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Em nosso estudo os documentos utilizados foram a Legislação educacional – LDB, PCNs, etc. – para legitimar e analisar as práticas adotadas nas instituições pesquisadas.

Nos utilizamos também do trabalho de campo, como foi descrito por Minayo (2010, p. 26), este consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada após a pesquisa documental e bibliográfica. Nessa fase, ocorre a combinação de instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, podendo fazer a confirmação ou refutação de hipóteses, além de promover a construção de teoria.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Por fim, fizemos uso de entrevistas – do tipo semi-estruturadas –, conforme conceitua Severino (2007, p. 124), “entrevista é a técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados”. Para ele, trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Essa técnica, afirma ainda, é muito utilizada nas pesquisas da área das ciências humanas, pois o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Fizemos a opção por esse tipo de entrevista por ser no caso dessa pesquisa a mais adequada, já que trabalhamos com autoridades ligadas a área de educação tanto a nível estadual, quanto a nível local, o que propiciou por essa técnica uma maior apreensão do tema abordado nas entrevistas realizadas.

A técnica utilizada para analisar as entrevistas foi a Análise do Discurso (AD), pois para a concretude desse estudo, se fez necessária, pois ela nos abre um “leque” de oportunidades para a observação do material que foi coletado, sua análise e também as conclusões que foram tirados quando do seu término.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de análise dos dados qualitativos compuseram as formações discursivas (FD) a partir das sete entrevistas realizadas com gestores ligados a educação no estado de Pernambuco. A produção de discurso foi agrupada na pesquisa em quatro Formações Discursivas: 1 – Políticas Públicas para a Educação e Trabalho: o Discurso Oficial, 2 – Educação Profissionalizante x Educação Acadêmica: a demanda de Suape/PE, 3 – Qualificação, Competências e Trabalho: a demanda empresarial e 4 – Formação Profissional: o discurso do Sistema S e das Escolas Profissionalizantes da região.

Na primeira FD com os depoimentos colhidos, percebemos que há uma preocupação dos governos tanto no nível estadual, como no nível municipal em investir na qualificação profissional desses jovens através de programas de correção de fluxo, de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cursos profissionalizantes, de cursos de idiomas, além também da preocupação com o ingresso aos cursos superiores. Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 40) nos alerta que:

Atribuir à escola a responsabilidade de garantir um novo tipo de formação, permitindo aos indivíduos que se apropriem de novas competências cognitivas e comportamentais acarreta sua descaracterização como um espaço responsável pela formação dos seus alunos em âmbito mais expansivo que apenas a preparação para o trabalho.

Logo podemos concluir que quando fazemos da escola um espaço que se subordina as demandas do mercado continua o autor, ela se descaracteriza, pois as políticas educacionais, ao estarem subordinadas a conceitos restauradores da teoria do capital humano, projetarão objetivos educacionais que, além de produzirem uma vinculação submissa da escola à produção, em nada contribuirão para as novas gerações conseguirem sua inserção no mercado de trabalho.

Não que as ações estabelecidas não sejam positivas, elas são um fator que poderemos dizer que constituem um paliativo para as reais necessidades da conjuntura atual vivenciadas pelo Complexo Industrial de Suape e de outras do Estado. Só com políticas sérias de estado para a educação é que conseguiremos de fato uma educação de qualidade que atenda não apenas a questão da formação profissional, mas também a formação do cidadão em todos os campos do conhecimento.

Na segunda FD, Sampaio (2010, p. 157), reforça a concepção de que a escola a partir da introdução das práticas neoliberais acarretadas pelo processo de globalização da economia traz para as escolas uma nova visão economicista:

Nessa perspectiva, as instituições de ensino se tornam empresas produtoras de serviços educacionais, seus educandos são clientes e as políticas educacionais são controladas e formuladas por interesses corporativos mais amplos. A educação segue o Estado mercadológico, em que as estratégias são voltadas para os interesses de reestruturação



do capital, e a economia é que dita os conteúdos, as normas e o processo em educação.

Afirma ainda que essa lógica agora instituída é de ação individual, devendo o sujeito assumir responsabilidades que seriam das políticas de estado:

Há um processo de despolitização em favor dos interesses ideológicos do mercado, que busca estabelecer desigualdade social como responsabilidade da ação individual dos sujeitos. Nessa lógica, encontram-se as políticas de reforma educacional, que procuram estar relacionadas com as demandas do mercado de trabalho, com a descentralização administrativa da gestão interna e externa dos estabelecimentos de ensino.

Outro aspecto bastante colocado pelos entrevistados foi à questão da oferta para que os estudantes pudessem ter o poder de escolha, mas será que essa escolha realmente lhes compete? Será que é de fato uma escolha individual, ou será que essa foi à visão como vimos anteriormente que deve ser introduzida e apreendida para/por esses jovens a partir das demandas do mercado?

Nos discursos oficiais ora impetrados percebemos que de fato a lógica introduzida nas políticas de governo em relação a educação profissional e a educação acadêmica nos remonta a nova teoria do capital humano com bases neoliberais, onde de fato o sujeito (estudante) assume todo o “fardo” do sucesso ou fracasso em suas escolhas para o ingresso e permanência no mercado de trabalho. Podemos encontrar uma justificativa a esse discurso em Silva (1999, p.80) que afirma:

A questão central para as estratégias culturais do novo capitalismo consiste em produzir um tipo de pessoa que seja compatível com seus valores e objetivos. Ao novo capitalismo correspondem uma nova identidade, uma nova subjetividade. Os meios pedagógicos do novo capitalismo (em todas as suas formas) estão ativamente, agitadamente, envolvidos num processo de interpelação, de mobilização do eu. Sua descrição do trabalhador ideal, daquele trabalhador apropriado às novas condições de produção, não teria



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

nenhuma importância, nenhum efeito, senão se dirigissem imperativamente aos sujeitos que querem transformar, dizendo: “você é isso” ou, mais precisamente, “você deve ser isso”. Um exemplo disso é dado pela ênfase que atualmente se dá ao conceito de empregabilidade.

Continuando na terceira FD, obtivemos o que afirma, Sampaio (2010, p. 158) onde novos valores foram incorporados para que o sujeito agora possa atender as demandas do mercado buscando essa qualificação dita necessária:

Os valores humanísticos, que deveriam ser aprendidos nas instituições de ensino, são substituídos por termos como competitividade, atitude, individualidade e criatividade, transferidos pelo meio empresarial diretamente para esses estabelecimentos em forma de mercadoria. A corrida por tais habilidades e competências provoca, no sistema educacional, uma precarização que se define no propósito de certificação, ‘no atacado de diplomas’.

Essa autora destaca ainda que (idem, p. 159), mais uma vez os aspectos econômicos é que devem “ditar” os rumos que a educação deve tomar:

A transposição de fatores já muito utilizados nas empresas para o âmbito da escola é herança do que os economicistas e os gestores do capital pensam sobre a educação, pois acreditam que a qualidade do ensino deve estar relacionada com âmbito externo do processo educacional e não com os critérios pedagógicos e sociais. Isso significa a centralização de ações no produto final, como parte das novas tendências mundiais e do contexto de reestruturação produtiva.

Cabe lembrar que nesse aspecto, Oliveira (2005, p. 63) afirma que a união, a cooperação ou a concertação social são as palavras-chaves do projeto empresarial. A ordem como elemento primordial para a conquista do progresso ainda é a referência que media a relação capital e trabalho.



Há claramente estabelecidos nos discursos colocados à supervalorização da educação, com a justificativa de que ela se constitui no fator mais importante para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, além de outro fator que é a permanente busca pela qualificação que não pode e nem deve estar estagnada constituindo-se um diferencial no amplo mercado competitivo de trabalho atualmente.

Por fim, na quarta FD Cabe lembrar, segundo Deffune & Depresbiteris (2002, p. 61) que a idéia de competência não é um conceito novo, mais que se tornou um campo bastante explorados nos tempos da globalização econômica em todas as partes do mundo:

A idéia de competência surgiu inicialmente na Alemanha, por volta dos anos 70. As competências diziam respeito aos conhecimentos, habilidades e atitudes do campo profissional do futuro trabalhador; depois a educação geral incorporou essa idéia ao seu processo pedagógico. Assim, ambas, educação geral e educação profissional, partiam de competências definidas por um conjunto de representantes da sociedade, empresários, sindicatos e educadores, o que ainda hoje acontece.

Outro conceito também pode estar atrelado aos discursos colocados pelas instituições de ensino profissional ora elencado, que para as autoras (idem, p. 91) é no contexto atual interessante ser analisado, o conceito de *trabalhabilidade*, definida como o conjunto de competências e capacidades que são desenvolvidas, tornando o profissional apto para o desempenho de atividades com ou sem vínculo empregatício.

Nesse cenário a fala do entrevistado E2 - nesta FD - se mostra bastante atento a expectativa do mercado, quando se coloca que a Instituição na qual faz parte promove o chamado “Chá das Competências” onde ocorre para ele um conjunto de atitudes a serem desenvolvidas que se o aluno conseguir desenvolver se tornará de fato um excelente “produto” para o mercado, pois, atenderá as demandas ora estabelecidas pelas empresas.



Deffune & Depresbiteris (2002, p. 100), colocam que a educação profissional não resolve o problema do desemprego nem gera trabalho por si mesma. Esse é o papel das políticas públicas de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de crescimento econômico, no qual a educação profissional deve estar articulada.

Oliveira (2005, p. 72), não nos faz esquecer que a utilização do mérito individual como foi colocado nos discursos representa um papel bastante importante nesse novo contexto que o jovem deve estar inserido como já foi dito anteriormente:

A utilização do mérito individual para explicação das diferenças sociais legitima o sistema capitalista – e reforça, por parte do empresariado, as argumentações, segundo as quais o mercado é o espaço próprio para a realização individual. Afinal, para o neoliberalismo, os indivíduos, a partir de seus méritos, são os responsáveis pela sua realização pessoal.

A partir dos discursos E3 e E7, percebemos que há uma preocupação na formação imediata para as vagas que estão surgindo, logo, nesse aspecto, o que ocorre é uma concentração de tempo e de recursos em cursos que atendam essa demanda, mas que na realidade não houve uma preparação prévia para atender nascente e crescente da região estudada. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 100) coloca que o conhecimento considerado válido é somente aquele que tenha uma utilidade econômica.

Por fim, acerca da educação básica e da educação profissional com relação à preocupação com a questão econômica, Ferretti, Silva Jr & Oliveira (1999, p. 160) nos fazem a seguinte constatação:

(...) No âmbito da vida social, a educação (inclusive a escolar) mesmo que não se proponha explicitamente a formação para o trabalho, traz valiosas contribuições para várias dimensões da vida, inclusive a dimensão econômica. Independentemente dos fins a que a educação se proponha numa dada sociedade (e particularmente a educação escolar), os indivíduos educados que resultam de diversas ações educativas (realizadas pela família, pela igreja, pela escola, etc.) vão



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

se inserir, de alguma forma, na vida econômica e aí exercerão as capacidades desenvolvidas através dessas ações, seja na esfera da produção (nas suas mais variadas formas) ou na da circulação. É inquestionável, desse ponto de vista, que a educação contribui para a vida econômica.

Percebemos que através da educação o homem se torna sujeito ativo ou passivo na sociedade, porém, o papel da educação precisa ser resgatado em sua plenitude, pois não pode e não deve ser reduzido apenas aos interesses econômicos de determinados grupos ligados ao capital que pretendem a todo custo retomar valores de outrora – como a teoria do capital humano – e, como isso, relegando a educação ao mero papel de fornecedora de mão de obra “qualificada” apenas para o exercício e ocupação de determinadas vagas no mercado de trabalho retirando do homem a consciência crítica e o poder de escolha que são instituídos pela condição humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui apresentadas surgiram da observação dos alunos do ensino médio em sua série terminal de escolas públicas, onde percebemos que havia preocupação latente entre eles acerca de que caminho iriam seguir por considerarem a escola não um fim promissor onde conseguissem seguir adiante com êxito e várias certezas.

Nesse sentido surgiram várias inquietações tais como: Por que a escola não os prepara para o trabalho? Por que a escola não os prepara para a vida? Por que muitos alunos precisam abandonar a escola para trabalhar? Ou ainda por que a escola não lhes dá certezas e não apenas dúvidas sobre o que os espera mais adiante especialmente nas escolas públicas?

Dessas inquietações surgiu o objeto de estudo dessa pesquisa onde procuramos compreender a relação estabelecida pelos jovens-alunos entre a educação básica na rede



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pública estadual e a formação profissionalizante especialmente no estado de Pernambuco, graças a recente expansão sofrida pelo Complexo Industrial de Suape.

Esses jovens representam hoje um futuro promissor para as políticas de governo que visam de acordo com o discurso oficial a partir da ampliação da rede de escolas técnicas estaduais e da introdução do ensino integral qualificá-los e com isso atender a demanda cada vez mais crescente na região.

Procuramos ainda, levantar os reais motivos que desencadearam esse déficit de profissionais qualificados procurando perceber quais são as medidas emergenciais que as autoridades ligadas à educação em Pernambuco estão desenvolvendo para atrair esses jovens para esses postos de trabalho modernizando e se adequando as novas tecnologias e profissões que delas fazem uso.

Sem nos esquecermos de que como afirma Kuenzer (2000, p. 29) acerca da escola pública e sua relação com o ensino médio:

A escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores e excluídos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida suas necessidades em relação à produção científica, tecnológica e cultural.

Fizemos nossa pesquisa de campo a partir de elementos qualitativos (Entrevistas) onde procuramos na análise dos dados coletados, identificar contundentes questões relativas ao novo perfil de formação do trabalhador, as novas exigências do mercado de trabalho e as Políticas Públicas que vem sendo implantadas no Brasil desde a década de 1990 até o momento atual.

Os entrevistados – gestores e secretários de estado ligados a educação -, nos depoimentos colhidos nos fizeram perceber que há uma supervalorização da qualificação profissional a partir de cursos profissionalizantes e de programas de governo para tal fim como o Pronatec criado pelo governo federal, que atua em Pernambuco tanto nas esferas públicas em parceria com o governo do estado, bem como



em parceria com instituições privadas como o sistema S na busca pela qualificação de jovens e adultos em condições de ingresso no mercado de trabalho.

Nos resultados obtidos a partir dos depoimentos concluímos ainda que houve uma crítica contundente ao ensino público descontextualizado, além do destaque dado ao novo perfil de profissional baseado nas *competências e habilidades* que devem ser adquiridas por meio do conhecimento – mas que na realidade é uma característica individual.

Por fim, a partir da pesquisa realizada percebemos que vivemos cada vez mais um retorno às práticas educacionais baseadas na teoria do capital humano, mas que essa recebeu uma nova roupagem moldada pela globalização a partir dos anos 90, onde percebemos que a educação nunca esteve tão ligada à economia como nesse momento não tendo especialmente em Pernambuco como se dissociar, pois se para conseguir atender a necessidade do Complexo Industrial de Suape é preciso se especializar, como fazê-lo em um ensino ultrapassado e conteudista como o desenvolvido nas escolas da rede estadual de ensino, restringindo-se apenas essa mesma qualificação a algumas escolas técnicas que não suportam a demanda que Pernambuco está vivendo. Logo, diante desse fato, conclui-se que enquanto um investimento sério e amplo não for estabelecido sofreremos os efeitos dessa falta de qualificação, tendo que continuar procurando mão de obra em outros estados ou até mesmo em outros países como vem ocorrendo, demonstrando assim a ineficiência das políticas públicas do governo para tal fim.

REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Educação do. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. 2000. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DEFFUNE, Deise & DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional: crônicas e reflexões.** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

FERRETTI, Celso João (org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** Xamã. São Paulo, 1999.

KUENZER, Acácia Zenaide. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.** In: Revista Educação & Sociedade, vol. 21, nº 70. Campinas, Apr. 2000. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).

LIBÂNEO, José Carlos. **Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens?** In LOPES, Alice Cassimiro & MACEDO, Elizabeth (organizadoras). Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos. Cortez. São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria C. de S. & Outros. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira.** Cortez. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** Cortez. São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Inayá Maria. **Trabalho e Educação: paradoxos na formação do trabalhador.** In FRANÇA, Robson Luiz de (org.). Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho. Editora Alínea. Campinas, SP, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política.** In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? Xamã. São Paulo, 1999.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO